



Conselho Nacional de Justiça

Memória de Reunião

COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Data	Horário	Local
2/12/2015	10h	2º andar – Sala de Reuniões da Presidência I (213)

Participantes (presencial)	Telefone/e-mail
Gustavo Tadeu Alkmim – Conselheiro CNJ, Presidente da Comissão	(61) 2326-4904 gustavo.alkmim@cnj.jus.br
Carlos Augusto de Barros Levenhagen – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4579 carlos.levenhagen@cnj.jus.br
Carlos Eduardo Oliveira Dias – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4574 carlos.dias@cnj.jus.br
Arnaldo Hossepian Lima Húnior – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4580 arnaldo.lima@cnj.jus.br
Luiz Cláudio Silva Allemand – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4559 allemand@cnj.jus.br
Bráulio Gabriel Gusmão – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ	(61) 2326-4754 braulio.gusmao@cnj.jus.br
Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes – Diretor-Geral do CNJ	(61) 2326-4925 fabyano.prestes@cnj.jus.br
Marcelo Lauriano Lúcio – Diretor de Departamento	(61) 2326-5318 marcelo.lauriano@cnj.jus.br
Flávio Abreu Amorim – Coordenador de Infraestrutura	(61) 2326-5317 flavio.amorim@cnj.jus.br

Pauta - Considerações - Deliberações

3ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

I - Considerações iniciais

O Presidente da Comissão abriu a reunião e seguiu a pauta previamente encaminhada aos demais membros da Comissão.

II - Resolução sobre transferência de bens pelo CNJ

O Diretor-Geral do CNJ destacou a importância da aprovação da resolução para regulamentar as doações feitas pelo CNJ aos órgãos do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal e as cessões feitas pelo CNJ aos órgãos do Poder Judiciário da União, pois não se pode promover doação de bens em ano eleitoral sem ato normativo que a preveja.

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão igualmente ressaltou a necessidade de normatizar a situação já consolidada.

A Comissão aprovou o encaminhamento do texto apresentado e definiu a abertura de procedimento administrativo apropriado no PJe, de relatoria do Presidente da Comissão, para a formulação de pedido de pauta e julgamento na 223ª Sessão Ordinária do CNJ, a ser realizada em 15 de dezembro de 2015.

III - Alteração das Resoluções CNJ nº 90/2009 e 99/2009 - instituição da ENTIC

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão apresentou sugestões de alteração do texto da Resolução que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder

Judiciário – ENTIC-JUD.

A Comissão aprovou o encaminhamento do texto apresentado e definiu a abertura de procedimento administrativo apropriado no PJe, de relatoria do Presidente da Comissão, para a formulação de pedido de pauta e julgamento na 223ª Sessão Ordinária do CNJ, a ser realizada em 15 de dezembro de 2015.

IV - Complementação de doações de equipamentos de TIC aos Tribunais de Justiça do Piauí e do Acre

A Comissão aprovou a complementação de doação de equipamentos ao TJPI e ao TJAC, bem como de incrementos de discos de armazenamentos de dados a Tribunais que já estão sendo contemplados com equipamentos, ainda este ano, mediante utilização de atas de registro de preços do CNJ.

V - Transferência do contingenciamento da ação orçamentária de Modernização do Judiciário para a ação do Processo Judicial Eletrônico

A Comissão aprovou a transferência de contingenciamento de R\$ 10 milhões de reais da ação orçamentária de Modernização do Poder Judiciário para ações do Processo Judicial Eletrônico, de modo a permitir a execução de projetos de contratação em andamento, como o de 2º monitor para o PJe e para os equipamentos de aceleração de rede de comunicação de dados.

VI - Aquisições de equipamentos que comporão o Plano de Contratação de STIC 2016

O Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação destacou a existência de três demandas pendentes de finalização em 2015, que devem ter continuidade em 2016, e relacionou os equipamentos a serem adquiridos em compra nacional:

- Para aceleração de rede WAN para as comarcas dos Tribunais de Justiça;
- Para as salas corporativas de videoconferência dos Tribunais de Justiça;
- Para gravação de audiências para os Tribunais de Justiça;
- De redes sem fio para as comarcas dos Tribunais de Justiça;
- De backup em disco, com compreensão de dados, para os Tribunais de Justiça;
- De equipamentos switches de acesso e de datacenter para os Tribunais de Justiça;
- De notebooks com função tablet para magistrados;
- De webcams para as videoconferências dos magistrados;
- De certificados digitais para magistrados e servidores do Judiciário;
- De Carteira Nacional de Identidade para Magistrados;

A Comissão aprovou a aquisição dos equipamentos listados.

VII – Relativização da Resolução CNJ nº 185/2013

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão sugeriu o acolhimento da relativização da Resolução CNJ nº 185/2013, desde que haja adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, com sua completa homologação até 30 de abril de 2016, e parcial homologação com aderência ao Escritório Digital até 31 de março de 2016.

A Comissão propôs a realização de sessão virtual extraordinária para julgamento desses procedimentos. O pleito será submetido ao Secretário-Geral do CNJ.

VIII - Fornecimento de monitores para os Tribunais de Justiça, para execução de ações do Processo Judicial Eletrônico

A Comissão aprovou o fornecimento de 36.552 monitores para os Tribunais de Justiça para execução de ações do Processo Judicial Eletrônico. Esse número foi apresentado pelo Departamento de Tecnologia da Informação e foi obtido a partir do somatório das entregas de microcomputadores ocorridas em 2014 e 2015.

IX - Logomarca do PJe

A Comissão aprovou a reestilização da logomarca do PJe. A Assessoria de Comunicação deverá apresentar propostas de logomarcas que serão submetidas à aprovação da Comissão, oportunamente.